



**DECLARAÇÃO POLÍTICA DO PARTIDO DE RENOVAÇÃO SOCIAL (PRS)  
PARA A 5ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA  
DA IV LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA NACIONAL**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Nacional;**

**Excelências Senhores Membros do Presidium;**

**Excelência senhor secretário do Presidente da República para assuntos políticos  
constitucionais e parlamentares;**

**Distintos Auxiliares do titular do poder Executivo;**

**Honoráveis Deputados;**

Como consta da ordem do dia, esta sessão, para além de outras matérias, vai aprovar a proposta de Lei sobre as Parcerias Público-Privadas. A referida proposta, é uma medida que no entender do Executivo será tomada para estimular o investimento participado entre entidade pública e privada. Tendo em conta as orientações estratégicas e fundamentais traçadas no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, cujo objetivo é o desenvolvimento Económico, Sustentável, Diversificado e inclusivo, onde a promoção do financiamento privado ao crescimento económico através de investimento em infraestruturas passaria pela necessidade de reformas institucionais regulatórias e administrativas.

Porém, apesar de estar eivada de boas intenções no que concerne ao desenvolvimento económico, esta visão da equipa económica do Executivo está bem distante da realidade angolana, por falta de estudos concretos que poderiam sugerir porque, como e em que momento o governo deveria implementar as medidas em causa, pois por hora, os cidadãos vivem em permanente asfixia e clamam pelo socorro face a perda do poder de compra.

Prova disso mesmo, é que a maioria das políticas do Executivo estão a dificultar mais, os empresários e empreendedores que não encontram um horizonte temporal, para desenvolver as suas actividades na normalidade, já que cada dia que passa vão surgindo mais impostos, que se refletem diretamente na manutenção ou seja na sobrevivência das

micros, médias e pequenas empresas no mercado, que são o garante de emprego em qualquer economia.

Infelizmente o ajustamento de preços e a eliminação de subvenções nos serviços públicos, piorou ainda mais a situação já difícil que as famílias angolanas vivem, tais como: o continuo encerramento de empresas, o aumento do desemprego, da pobreza e da criminalidade a todos os níveis, baixa qualidade do processo de ensino e aprendizagem, elevado índice de doenças, enfim, todo o quadro tende a complicar-se.

Não estamos contra a reforma fiscal, pelo contrário é uma das mais importantes, se não a mais importante para a necessidade de Angola aumentar as receitas fiscais, o que permitirá a posterior redistribuição social, apenas queremos observar a oportunidade de como renunciarmos os planos Bismarkianos de segurança social e quando adotarmos os Keynesianos.

Considerando os assustadores e preocupantes índices de jovens e adultos desempregados que devem incentivar a reflexão de todos no sentido de criarmos políticas que visem mitigar este quadro, nefasto para a sociedade.

### **Excelências,**

Angola precisa de investidores estrangeiros para incentivar a livre concorrência, assim como precisa de acarinhar os poucos investidores angolanos, dispostos em desafogar o desemprego que vai assolando os jovens que recorrem à delinquência para satisfazer as suas necessidades básicas.

O pequeno investidor precisa a atenção real do estado e não esmaga-lo com os pesados impostos que lhe matam logo à nascença. Por conseguinte o número incontável de empresas abertas que nunca sequer começaram as suas actividades ou foram a falência logo após abrir as portas devido ao peso excessivo dos impostos, precisa de alguma solução.

### **Excelência Senhor Presidente**

A vida dos angolanos tem estado cada vez mais difícil nos últimos meses e as instituições também não têm respostas adequadas aos vários problemas, derivados delas.



As medidas que se tem tomado, ainda não se repercutem na vida social dos angolanos, os jovens continuam sem empregos, as crianças em pleno Século XXI estudam debaixo das árvores ou mesmo fora do sistema de ensino, a polícia continua sem meios de trabalho e remuneração justa, os antigos combatentes todos os dias apresentam os mesmos problemas sem nenhuma solução a vista por enquanto.

Importa ainda nesta sessão, recordar ao Ministério da saúde sobre as várias reclamações que vêm dos técnicos de saúde de modo particular dos enfermeiros, cuja reconversão salarial apenas piorou a sua situação de vida em vez de melhorar.

Os técnicos superiores de enfermagem que já recebiam seus salários nesta categoria, estão agora a auferir como técnicos médios, pelo que pedimos a Sua Exelência Senhora Ministra, para acompanhar este caso em particular, sobretudo nos hospitais da capital.

No sector da educação os problemas da reconversão minimizaram, persistindo ainda os de falta de escolas e condições aos profissionais do sector.

Não poderíamos terminar sem uma menção aos actos recentes de violência policial que afectam a sociedade, pois, a situação parece estar fora do controlo das autoridades, porquanto a operação resgate não está atingir os seus objectivos preconizados.

Estamos a falar dos últimos casos de ferimento de um regedor no município de Kapenda Kamulemba, a morte de um jovem zungueiro em Benguela, a morte da senhora Juliana Kafrique no Rocha Pinto sem contar com actos de tortura de dezenas de vendedores ambulantes pelos agentes da fiscalização e da polícia nacional em todo o país.

Estamos a nos referir sobre relatos que vêm dos meios de comunicação social, sem ter em conta os vários horrores que acontecem a noite e de dia nas zonas onde a polícia não chega e o cidadão faz justiça por mãos próprias.

Apelamos desta forma, ao Ministério do Interior, a controlar essa situação para analisar da melhor forma o desempenho das forças da ordem porque somente à elas cabe garantir a segurança pública.

Muito obrigado.

Representação Parlamentar do PRS em Luanda, aos 19 de Março de 2019